UFJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE CURRÍCULO, AVALIAÇÃO E REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 01/2020 R

Normatiza as Diretrizes para Elaboração e Submissão de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) na Universidade Federal de Jataí.

A Pró-Reitoria de Graduação, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e considerando:

- A necessidade de critérios gerais regulamentados para elaboração de Projeto Pedagógico de Curso no âmbito da Universidade Federal de Jataí;

- A oportunidade e necessidade de atualização dos PPCs dos cursos de graduação;

- O contínuo processo de melhoria dos currículos dos cursos de graduação oferecidos por esta instituição.

Estabelece as Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como segue:

1. Os PPCs deverão ser construídos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso de graduação em acordo com o padrão estabelecido no ANEXO I desta Instrução Normativa (IN);

2. Após a construção do PPC, este deverá ser encaminhado por e-mail à Coordenação de Currículo, Avaliação e Renovação de Diploma (CARD) disponível no site da PROGRAD.

3. A Coordenação de Currículo e Avaliação conferirá, em primeiro momento, se o arquivo está de acordo com o padrão estabelecido no ANEXO I desta Instrução Normativa. Caso a estrutura esteja em concordância ao definido nesta IN, o PPC será encaminhado à Comissão de Análise de Projetos Pedagógicos de Curso para avaliação de acordo com as resoluções vigentes para cada curso de graduação. Caso não esteja em conformidade com o preceituado nesta IN, ou havendo a necessidade de alterações indicadas pela Comissão, o PPC será devolvido ao NDE do curso para adequação.

4. Quando não houver adequações a serem realizadas e parecer favorável da Comissão, o Coordenador do Curso deverá autuar o Processo via SEI para tramitação nas instâncias conforme Fluxograma de Processos Acadêmicos: Projeto Pedagógico de Curso.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua aprovação na reunião da Câmara Superior de Graduação, revogando-se as disposições em contrário.

Jataí, 04 de maio de 2022.

Alana Flávia Romani
Pró-Reitora Adjunta *pro tempore* de Graduação - UFJ

Prezados,

Para a elaboração do PPC, favor seguir as seguintes orientações:

- Os textos em azul são orientações gerais ou específicas para cada item, devendo ser excluídos após a escrita de cada tópico.

- A estrutura do PPC deve seguir a ordem estabelecida neste documento.

- A elaboração do PPC deve considerar as DCNs do Curso e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP. Para o presente documento utilizamos o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento (BRASIL, 2017) disponível em http://inep.gov.br/instrumentos.

- Utilizar margens de 2 cm, fonte Times New Roman (tamanho 12) e entrelinhas 1,5 em todo o documento, exceto no item referente às ementas e bibliografias, devendo-se utilizar fonte Times New Roman, tamanho 10 e entrelinhas simples, conforme orientação da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC).

Observações

A elaboração de PPCs, no âmbito da UFJ, deve estar de acordo com as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e será regulamentada por norma específica.

RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1557R

Seção I

Do Curso de Graduação e do Projeto Pedagógico do Curso

Art. 3º Curso de Graduação compreende conteúdos, experiências, estágios e situações de ensino-aprendizagem, em que se articulam atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para a formação profissional e humanística de estudantes, constituindo um projeto pedagógico específico, por Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial, na modalidade presencial ou a distância e grau acadêmico bacharelado ou licenciatura.

Art. 4º Todo curso de graduação será estruturado por meio de um projeto pedagógico, em consonância com o que dispõem o Estatuto, o Regimento e as resoluções da UFG, as diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as demais normas legais em vigor.

Agradecemos às coordenações que nos encaminharam importantes considerações que fazem parte do presente documento!

Para dúvidas e esclarecimentos:
Pró-Reitoria de Graduação
Coordenação de Currículo, Avaliação e Revalidação de Diploma (CARD)
card@ufj.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL JATAÍ
UNIDADE ACADÊMICA OU UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL XXXXXX

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM XXXXXXXXXXXXXX

GRAU ACADÊMICO

JATAÍ - GO
ANO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM XXXXXX

GRAU ACADÊMICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ
Reitor(a)
Nome
Vice-Reitor(a)
Nome
Pró-Reitor(a) de Graduação
Nome

UNIDADE ACADÊMICA XXXXXX
Diretor (Se for Unidade Acadêmica Especial é o nome do Chefe)
Nome
Vice-Diretor (Se for Unidade Acadêmica Especial é o nome do Vice-Chefe)
Nome
Coordenador(a) do Curso
Nome
Vice-Coordenador(a) do Curso
Nome
Coordenador(a) de Estágio
Nome

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE XXXXX

Presidente
Nome
Membros
Nome
Nome
Nome
Nome

JATAÍ - GO
ANO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO....6
2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO....6
2.1. Nome do curso....6
2.2. Unidade Acadêmica responsável....6
2.3. Área de conhecimento....6
2.4. Modalidade....6
2.5. Grau Acadêmico....6
2.6. Título....6
2.7. Habilitação ou ênfase:....6
2.8. Carga Horária total do curso e das aulas....6
2.9. Turno....7
2.10. Vagas....7
2.11. Integralização....7
3. HISTÓRICO DO CURSO....7
4. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS....7
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL....7
5.1 . Marco Referencial....7
5.2 . Marco Geográfico....7
5.3 . Marco Motivacional....7
5.4 . Marco Operativo....7
5.5 . A prática profissional....7
5.6 . A formação técnica....7
5.7 . A formação ética e a função social do profissional....7
5.8 . Articulação entre teoria e prática....7
5.9 . Interdisciplinaridade....7
5.10 . Integração Ensino-Pesquisa-Extensão....7
5.11 . Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação....8
5.12 . Atividades de Pesquisa, Extensão e Prática Profissional....8
6. CONTEXTO POLÍTICO, DIDÁTICO E PEDAGÓGICO....8
6.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso....8
6.2. Objetivos do Curso....8
6.2.1. Objetivo Geral....9
6.2.2. Objetivos Específicos....9
7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO....9
7.1. Perfil do Curso....9
7.2. Perfil e habilidades do egresso....9

8. ESTRUTURA CURRICULAR....9
8.1. Matriz curricular....11
8.2. Quadro resumo da carga horária....13
8.3. Sugestão de fluxo....15
8.4. Estratégias de Ensino-Aprendizagem, Acompanhamento, Acessibilidade Metodológica e Autonomia discente....19
9. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO....19
9.1. Estágio Curricular Obrigatório....19
9.2. Estágio Curricular Não Obrigatório....19
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES....20
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO....20
12. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR....21
13. EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR....22
14. APOIO DISCENTE....23
14.1. PNAES....23
14.2. Apoio Pedagógico ao Discente....23
14.3. Acompanhamento Psicopedagógico....24
14.4. Apoio à Participação em Eventos....24
14.5. Mecanismos de Nivelamento/Monitoria....24
14.6. Acompanhamento de Egressos....24
14.7. Representação Estudantil....24
14.8. Divulgação da Produção Discente....24
15. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA....24
15.1. Coordenação do Curso....25
15.2. Regime de trabalho da coordenação do curso e atuação....25
15.3. Colegiados que participam da gestão do curso....25
16. AVALIAÇÕES....25
16.1. Autoavaliação Institucional....25
16.2. Avaliações Externas....25
16.3. Processo Autoavaliativo do Curso e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)....25
17. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM....25
18. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM....26
18.1. Abordagens metodológicas avaliativas....26
18.2. Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem da Instituição....26
18.3. Avaliação do Processo e Autonomia Discente....26
18.4. Coerência do Sistema de Avaliação com a Fundamentação Teórico-Metodológica do Curso.26

19. NÚMERO DE VAGAS....26
19.1. Contexto....27
19.2. Adequação ao Corpo docente e ao coordenador....27
20. CORPO DOCENTE....27
20.1. Núcleo Docente Estruturante (NDE)....27
20.2. Titulação do corpo docente e regime de trabalho....27
20.3. Política de Qualificação de Docentes e Técnico-Administrativo da Unidade ou Unidade Acadêmica Especial....28
21. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA....28
22. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS....29
23. EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES....30
24. REFERÊNCIAS....36

1. INTRODUÇÃO

Breve apresentação do documento

2. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

2.1.Nome do curso

Nome (Código E-MEC _____)

2.2.Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial responsável

Nome (Resolução nº).

2.3.Área de conhecimento

(Entre as áreas definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES)

2.4.Modalidade

(Presencial; a distância; EAD)

2.5.Grau Acadêmico

(Bacharelado ou Licenciatura)

2.6.Título

Bacharel ou Licenciado em… ou em conformidade com a decretos presidenciais

2.7.Habilitação ou ênfase:

(Quando houver)

2.8.Carga Horária total do curso e das aulas

RESOLUÇÃO CNE/CES, Nº 3, DE 2 DE JULHO DE 20071

(Em horas) *DE ACORDO COM O RGCG, RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1557R, Art. 16. A hora-aula em cursos presenciais será de 60 (sessenta) minutos, sendo 50 (cinquenta) minutos de aulas teóricas e práticas e 10 (dez) minutos de atividades acadêmicas supervisionadas*, conforme legislação em vigor.*

§ 1º No caso de cursos noturnos, a regional poderá estabelecer como parâmetro de hora-aula 45 (quarenta e cinco) minutos de aulas teóricas e práticas e 15 (quinze) minutos de atividades acadêmicas supervisionadas, conforme legislação em vigor. § 2º No caso de componentes curriculares de estágio e atividades complementares as horas devem ser consideradas de 60 minutos.*

**prever atividades supervisionadas em cada disciplina nos planos de curso e de ensino*

2.9.Turno

2.10.Vagas

Autorizadas pelo MEC

2.11.Integralização

Duração mínima, média e máxima do curso: em semestres, prevista no fluxo curricular proposto no PPC; Lembrando das orientações previstas nas Resoluções:

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 (*) (**) (***) (****)
RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*)

3. HISTÓRICO DO CURSO

Descrever breve histórico

4. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Enunciar, de forma objetiva, o contexto educacional e as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. No caso de reformulação curricular a exposição de motivos deve apresentar avaliação do currículo em vigor e justificativa do novo PPC.
Indicar o ano de início da vigência do PPC e se os alunos poderão optar pela migração de currículo. Exemplo: Este projeto entrará em vigor para ingressos a partir do ano de ___ e àqueles que optarem pelo novo currículo. Caso o aluno não possa optar pela migração de currículo, retirar a parte sublinhada.

5. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Consultar diretrizes e resoluções do curso para descrever cada um dos itens abaixo relacionados. Explicitar claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação. Utilizar as DCNs do curso, as resoluções e acrescentar o contexto local.

5.1. Marco Referencial

5.2. Marco Geográfico

5.3. Marco Motivacional

5.4. Marco Operativo

5.5. A prática profissional

5.6. A formação técnica

5.7. A formação ética e a função social do profissional

5.8. Articulação entre teoria e prática

5.9. Interdisciplinaridade

5.10. Integração Ensino-Pesquisa-Extensão

- Especificar as políticas de ensino, extensão e pesquisa possíveis de serem implantadas no âmbito do curso, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJ.

- Demonstrar como ocorre a relação do ensino com a pesquisa e a extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso. Para as ações extensionistas, demonstrar a interação entre o conhecimento científico produzido na universidade e sua interface com a comunidade. Já para as ações de pesquisa apontar as linhas e grupos de pesquisa e suas articulações com o ensino e a extensão. Importante destacar, quando houver, os Programas de Educação Tutorial – PETs. Citar os programas de iniciação à pesquisa, tecnologia e extensão e a Resolução de integração da Graduação com a Pós-Graduação.

"Atividades de pesquisa: atividades desenvolvidas em grupos de pesquisa institucionalizados, organizadas por cursos de graduação e de pós-graduação, seguindo a política das IES" (BRASIL, 2017, P.44).
"Extensão: Processo interdisciplinar educativo que promove a interação entre IES e outros setores da sociedade, aplicando o desenvolvimento científico e tecnológico junto aos agentes do meio externo" (BRASIL, 2017, p.46).

5.11. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino de Graduação

5.12. Atividades de Pesquisa, Extensão e Prática Profissional

6. CONTEXTO POLÍTICO, DIDÁTICO E PEDAGÓGICO

6.1.Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

"Políticas institucionais no âmbito do curso constantes no Plano de Desenvolvimento institucional – PDI envolvendo Ensino, pesquisa, extensão voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso – com práticas comprovadamente exitosas e/ou inovadoras" (BRASIL, 2017, p. 9);

"Entende-se por práticas exitosas ou inovadoras "aquelas que a IES/Curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades da sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, tendo como consequência o êxito do objetivo desejado. Podem ser também inovadoras quando se constatar que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso. Para isso, o Curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se deseja alcançar" (BRASIL, 2017, p. 49)

PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), PPI (Projeto Pedagógico Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico do Curso), falar da visão do curso sobre cada um.

6.2.Objetivos do Curso

Não escrever texto aqui.
Estabelecer síntese de objetivos a serem atingidos ao longo do processo formativo, que envolve o desenvolvimento de competências e construção do conhecimento para o egresso, aliado à atuação do discente na comunidade e no ambiente laboral durante o curso.
Os objetivos do curso, DEVEM considerar o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso e as DCNs.

6.2.1.Objetivo Geral

6.2.2. Objetivos Específicos

7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

7.1.Perfil do Curso

O perfil do curso aponta palavras-chave que sintetizam as competências e habilidades que o egresso deve adquirir no percurso formativo e devem estar alinhadas as DCNs. Este perfil deve também ser adequado ao contexto local e demonstrar características específicas do curso na instituição que o diferencie de outros cursos.

7.2.Perfil e habilidades do egresso

O perfil profissional do egresso deve estar de acordo com as DCN, expressar as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articular com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

Art. 9º A estrutura curricular proposta no PPC deve ser construída a partir dos seguintes parâmetros:

I - aspectos de interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática e, nos casos de cursos EAD, mecanismos de familiarização com essa modalidade;

II - conteúdos curriculares que proporcionem o desenvolvimento de um perfil profissional de egresso formado a partir de referências bibliográficas atualizadas e carga horária total do curso que ultrapasse em no máximo 10% (dez por cento) a carga horária mínima prevista nas diretrizes curriculares nacionais (DCNs) para o curso, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e/ou Ministério da Educação. Devem ser contemplados:

a) componentes curriculares de tema variado, que serão optativos;

b) componentes curriculares que necessitam de mais de um professor na mesma turma;

c) componente de estágio curricular obrigatório, com nome iniciando com a palavra "Estágio";

d) para os cursos presenciais, se será utilizada a modalidade EAD, em até 20% de carga horária total do curso, registrando que, nesses casos, os professores vinculados ao componente curricular devem atuar como tutores (para atuar como Tutor, o docente deve fazer o curso de tutoria do CIAR-UFG) As atividades de tutoria devem atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria devem ser adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas ao PPC, às

demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes. O Ambiente Virtual de Aprendizagem, deve constar no PPC, apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

"A estrutura curricular, constante no PPC, deve considerar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio: VER RGCG), evidenciar a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), explicitar claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresentar elementos comprovadamente inovadores (BRASIL, 2017, p.11).

Os conteúdos curriculares devem promover o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (ver RGCG), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciar o curso dentro da área profissional e induzir o contato com conhecimento recente e inovador (BRASIL, 2017, p.11)

RGCG – Resolução 1557R
Art. 8º O currículo do curso deve ser estruturado em componentes curriculares, de natureza obrigatória, na forma de Núcleo Comum (NC); de natureza obrigatória e/ou optativa, na forma de Núcleo Específico (NE); na forma de Núcleo Livre (NL) e Atividades Complementares (AC). Parágrafo único. Componentes curriculares podem ser vinculados a mais de uma matriz curricular, independente de sua natureza e forma.

Art. 9º Componentes curriculares compreendem disciplinas, módulos, seminários de integração e atividades orientadas.
§ 1º Disciplina é uma das formas pela qual o conhecimento se organiza como saber acadêmico, com vistas à aprendizagem do estudante.
§ 2º Módulo é a organização curricular composta de saberes ou conceitos articulados de diferentes áreas do conhecimento.
§ 3º Seminário de Integração é o conjunto de temas que têm por princípio garantir a integração das disciplinas ou módulos que compõem a matriz curricular do curso, podendo acontecer na forma de atividades interdisciplinares, presencial ou a distância (os PCCs dos cursos de licenciatura pode ocorrer na forma de seminários de integração);
§ 4º Atividade Orientada é a realizada pelo estudante, sob orientação de um ou mais professores.
Art. 10. Núcleo Comum (NC) é o conjunto de conteúdos básicos para a formação profissional do estudante.
§ 1º O NC será ministrado em componentes curriculares obrigatórios, cujo elenco será definido no PPC.
§ 2º A carga horária total do NC deverá corresponder a, no máximo, 70% (setenta por cento) da carga horária total de componentes curriculares necessária à integralização curricular do curso.

OBS: O conjunto de conteúdos básicos para a ***licenciatura,*** *conforme a BNC-Formação (2019), são:*

BNC-Formação (2019) Art. 11. I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
BNC-formação (2019) - Art. 12. No Grupo I, a carga horária de 800 horas deve ter início no 1º ano, a partir da integração das três dimensões das competências profissionais docentes – conhecimento, prática e engajamento profissional.

Art. 11. Núcleo Específico (NE) é o conjunto de conteúdos que darão especificidade à formação profissional do curso.
§ 1º O NE será ministrado em componentes curriculares de natureza obrigatória ou optativa, cujo elenco será definido no PPC.
§ 2º A carga horária total do NE deverá corresponder a, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária total de componentes curriculares necessária à integralização curricular do curso.
*OBS: Para **licenciatura**-BNC-Formação (2019) - Art.11 - II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.*

§ 1º O NL será ministrado em componentes curriculares criados com esse fim ou com vagas disponíveis, nos termos dos artigos 49, § 1º, e 68 deste RGCG, respectivamente.
§ 4º Em cada curso presencial, a carga horária total do NL deverá ser de, no mínimo, 128 (cento e vinte e oito) horas.

OBS: BNC-Formação (2019) –Art. 11- III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e
b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Art. 13. Todos os componentes curriculares dos cursos presenciais terão carga horária total múltipla de 16 (dezesseis).

8.1.Matriz curricular

Matriz curricular (completar a tabela), especificando:
a) nome dos componentes curriculares (optar pela unificação dos componentes curriculares, de forma a melhorar o fluxo de disciplinas e diminuir o tempo de retenção do aluno na Universidade);
b) carga horária (teórica e/ou prática) de cada componente curricular;
c) pré-requisitos (evitar ao máximo os pré-requisitos para que o curso não fique engessado) e/ou correquisitos (quando houver) dos componentes curriculares;
d) natureza, núcleo e Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica especial responsável;
e) para os cursos de licenciatura, explicitação de como serão ofertados os conteúdos relativos à Prática como Componente Curricular – PCC (400h), apresentados em uma coluna na matriz curricular, especificando os componentes curriculares ou as atividades, com as respectivas cargas horárias;
f) quadro resumo da carga horária correspondente a núcleo comum, núcleo específico obrigatório, núcleo específico optativo (quando houver) e núcleo livre.
Apontar, de forma sintética, a forma como o currículo será organizado em termos de carga horária, periodicidade, integralização, atendimento às DCNs, oferta de componentes semipresenciais, eixos integradores de conteúdo ou núcleos de conhecimento que demonstrem a articulação entre os componentes curriculares e formas de flexibilidade curricular.

NÚCLEO COMUM – OBRIGATÓRIAS						
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						

NÚCLEO ESPECÍFICO – OBRIGATÓRIAS						
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						

NÚCLEO ESPECÍFICO – OPTATIVAS						
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						

Relacionar nas colunas correspondentes aos Pré-requisitos e Correquisitos os números correspondentes das disciplinas descritas nas tabelas, acrescido das siglas de NC, NEO ou NEOP.

Na tabela de Equivalência inserir todas as disciplinas equivalentes, informando o(s) código(s) da(s) disciplina(s) cadastrada(s) no SIGAA, o nome das disciplinas do PPC anterior e da matriz do atual com as referidas cargas horárias.

Tabela de equivalência entre as Matrizes Curriculares do curso de...				
Disciplinas da Resolução ...			Disciplinas da Matriz atual	
Código	Disciplina	CHT	Disciplinas da Matriz atual	CHT

8.2.Quadro resumo da carga horária

Quadro resumo da carga horária (específico ao Bacharelado)

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Núcleo Comum (NC)		
Núcleo Específico Obrigatório (NEOB)		
Núcleo Específico Optativo (NEOP)		
Núcleo Livre (NL)		
Atividades Complementares (AC)		
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)		
Carga Horária Total (CH)		

Quadro resumo da carga horária (específico à Licenciatura)

Grupo	COMPONENTES CURRICULARES	NÚCLEO	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Grupo I	Núcleo Comum	NC		
		Total GI		
Grupo II	Núcleo Específico Obrigatório Exceto Estágio Curricular Obrigatório	NEOB		
		Total		
	Núcleo Específico Optativo	NEOP		
		Total do GII		
Grupo III	Estágio Curricular Obrigatório	ECO	400 h	
	Prática como Componente Curricular	PCC	400h	
*	Núcleo Livre	NL		
*	Atividades Complementares (AC)	AC		
	Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)	AEC	Mínimo 10% CHT do curso	
	Carga Horária Total			

Legenda:
AC: Atividades Complementares
ECO: Estágio Curricular Obrigatório
AEC: Atividades de Extensão Curricularizáveis
NC: Núcleo Comum
NEOB: Núcleo Específico Obrigatório
NEOP: Núcleo Específico Optativo
NL: Núcleo Livre

PCC: Prática como Componente Curricular
* A critério do NDE definir se estes componentes comporão o Grupo I ou o Grupo II (inserir linha correspondente à AC e NL ao(s) grupo(s) definidos pelo NDE).

8.3.Sugestão de fluxo

1º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular (Licenciatura)							

2º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

3º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

4º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

5º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

6º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

7º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

8º PERÍODO							
Componente Curricular (Ordem alfabética)	**UA ou UAE Responsável**	**Pré-requisito**	**Correquisito**	**CH Total**	**CH Teórica**	**CH Prática**	**Natureza**
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
Carga Horária do Período							
Carga Horária Acumulada							
Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)							
Prática como Componente Curricular do Período (Licenciatura)							

8.4.Estratégias de Ensino-Aprendizagem, Acompanhamento, Acessibilidade Metodológica e Autonomia discente

"A metodologia, constante no PPC (e de acordo com as DCN), deve atender ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, coadunar-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e ser claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área" (BRASIL, 2017, p.12).

"Acessibilidade metodológica: Ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística, etc.), de educação dos filhos (familiar), etc." (BRASIL, 2017, p. 44).

9. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

9.1.Estágio Curricular Obrigatório

9.2.Estágio Curricular Não Obrigatório

I - no conceito e perfil de atuação, apresentar definição do que é o estágio e expressar como este contribui para a formação profissional do aluno e áreas de atuação que o curso prevê para seus acadêmicos;
II - na política de estágio curricular especificar:
a) como os estágios obrigatório e não obrigatório serão desenvolvidos e a partir de que período do curso os estudantes estarão aptos a realizá-los;
b) os nomes dos componentes curriculares e respectivas cargas horárias;
c) como se darão a coordenação, orientação e supervisão;
III - contemplar as seguintes orientações, tanto para o estágio curricular obrigatório quanto para o não obrigatório:
a) ser realizado apenas em instituições e/ou empresas devidamente conveniadas com a UFJ;
b) ter um supervisor no local de estágio;
c) ter como orientador um professor do curso;
d) destacar a documentação que garante a legalidade do estágio;
IV- no que diz respeito a estágio feito fora do país, explicitar que seu reconhecimento como estágio curricular obrigatório estará condicionado ao cumprimento dos pré-requisitos acadêmicos e ao atendimento das exigências definidas no Regulamento de Estágio do Curso.

Parágrafo único. O Regulamento de Estágio, embora obrigatório, não integra o PPC, devendo ser entregue diretamente à Coordenação Geral de Estágio da PROGRAD, contendo as normas de frequência, acompanhamento e avaliação do estágio, bem como todos os formulários necessários ao seu desenvolvimento. O estágio curricular supervisionado deve estar institucionalizado e contemplar carga horária adequada, orientação cuja relação orientador/aluno seja compatível com as atividades, coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s)ambiente(s) de estágio, possibilitando atualização permanente das práticas do estágio.

Para elaboração da política e gestão do estágio curricular obrigatório e não obrigatório consultar, entre outras, a seguinte legislação: LEI 11.788/2008, Resolução CEPEC nº 1538, Resolução CEPEC nº 1539.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

"As atividades complementares devem estar institucionalizadas e considerar a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento" (BRASIL, 2017, p.14).

- Descrever as atividades de participação, sem vínculo empregatício, em pesquisas, conferências, seminários, palestras, congressos, debates e outras atividades científicas, artísticas e culturais.
Apresentação do Projeto Pedagógico de Curso deve ser uma descrição geral do curso.
- As atividades devem ser variadas, a forma de integralização dessas devem prever essa obrigatoriedade. As atividades complementares devem estar institucionalizadas e considerar a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. O curso deve estabelecer em regulamento próprio, que não integra o PPC, as normas para validação das atividades complementares.

OBS: No PPC, neste item 10 (sobre as atividades complementares) é necessário destacar que existe um regulamento próprio para as atividades complementares aprovado pelo colegiado que está disponível para acesso na página do curso com a carga horária máxima por atividade. Consultar legislação vigente sobre a quantidade mínima de horas exigida a cada curso de graduação.

Obrigatório para os cursos cujas DCNs preveem atividades complementares; Não se aplica para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCNs) (BRASIL, 2017, p.14).

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

"Obrigatório para os cursos cujas DCNs preveem TCC. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá estar institucionalizado e considerar carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet" (BRASIL, 2017, p. 14).

Explicitar as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e sua respectiva carga horária.
O curso deve estabelecer em regulamento próprio, que não integra o PPC, as normas para elaboração do TCC de seus respectivos cursos. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. Não se aplica a cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).
O Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. Repositório UFG, CEPEC 1611/2018.

OBS: No PPC, neste item 11 (sobre TCCs) é necessário destacar que existe um regulamento próprio para a realização dos TCCs aprovado pelo colegiado que está disponível para acesso na página do curso. Consultar legislação vigente sobre a quantidade mínima de horas exigida a cada curso de graduação.

12. PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

(Para cursos de licenciatura)
- Descrever como a carga horária de PCC será cumprida.
-BNC-Formação (2019) – Art. 11 - b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.
Orientação: não ser incluída na carga horária das disciplinas.

PARECER CNE 28/2001, p. 9:
"Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional" (Parecer CNE/CP 9/2001, p. 22)
Assim, há que se distinguir, de um lado, a prática como componente curricular e, de outro, a prática de ensino e o estágio obrigatório definidos em lei. A primeira é mais abrangente: contempla os dispositivos legais e vai além deles.
A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente cujas diretrizes se nutrem do Parecer 9/2001 ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar ***desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo****. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.*

PARECER CNE 2/2015, p. 32:
Nessa direção, como vimos, prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado. O Parecer CNE/CES nº 15/2005 ratifica essa compreensão ao afirmar que

(...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático.

O referido Parecer destaca, ainda, que:

As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em

Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.

Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas. Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, cursos de pedagogia, a serem desenvolvidos em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e, nas demais licenciaturas, o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

OBS: No PPC, neste item 12 (sobre as PCCs) é necessário destacar que existe um regulamento próprio para a realização das PPCs contendo os planos de aprendizagem, com carga horária por semestre, aprovados pelo colegiado que está disponível para acesso na página do curso.

13. EXTENSÃO COMO COMPONENTE CURRICULAR

Ver RESOLUÇÃO CNE Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018
E os documentos da UFJ

Aqui é necessário detalhar como se dará a inserção das Atividades de Extensão Curricularizáveis, ou seja, como serão garantidos os 10% do total da carga horária para a extensão na matriz do curso.

Resolução CNE nº7/2018 –Cap. 1- Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.
Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Resolução CNE nº7/2018 –Cap. 1- Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

CNE nº 7/2018-Cap.1- Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:
I - programas;
II - projetos;
III - cursos e oficinas;
IV - eventos;
V - prestação de serviços.

Resolução CNE nº7/2018-Cap.3-Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 021/2021
RESOLUÇÃO CONSUNI Nº 005/2022

OBS: No PPC, neste item 13, sobre as Atividades de Extensão Curricularizáveis (AEC)), é necessário destacar que existe um regulamento próprio aprovado pelo colegiado que define a inserção da AEC no âmbito do curso que está disponível para acesso na página do curso.

14. APOIO DISCENTE

"Descrever as políticas institucionais de apoio ao discente, que devem contemplar ações de acolhimento, assistência e permanência estudantil, apoio pedagógico, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e outras ações inovadoras" (BRASIL, 2017, p. 15).
Recomenda-se, também, relacionar a assistência e permanência estudantil com as ações promovidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e pelos NAI e NOBE.

14.1.PNAES

Exemplo:
PNAES (Programa Nacional de Assistência ao Estudante – Decreto 7.234 de 19/07/2010):

A. ***Bolsa Alimentação:*** *o estudante de graduação, matriculado, poderá solicitar auxílio financeiro para custear a alimentação, que poderá ser por meio de recebimento em espécie ou isenção de pagamento no Restaurante Universitário.*
B. ***Bolsa permanência:*** *Tem por objetivo atender de forma eletiva à parcela dos estudantes que, em razão de suas condições socioeconômicas, possuem dificuldades de custear e garantir sua permanência no curso. A bolsa permanência contribui para a manutenção do estudante na universidade e para a sua formação acadêmica.*
C. ***Moradia Estudantil:*** *A moradia estudantil tem por objetivo garantir a permanência do estudante, que se enquadra nos requisitos de vulnerabilidade social. São requisitos básicos para a requisição da vaga: estar regularmente matriculado nos cursos de graduação da UFJ; ser procedente de cidades do interior de Goiás, ou de outros estados, ou do exterior.*
D. ***Programa Saudavelmente:*** *Desenvolve ações de assistência e prevenção na área de saúde mental, incluindo dependência química, voltado para estudantes, docentes e técnico-administrativos da UFJ. A equipe responsável por este programa é multidisciplinar.*
E. ***Programa de incentivo à Participação de Estudantes de graduação em Eventos Científicos e Culturais:*** *Este programa tem por objetivo conceder passagens terrestres a estudantes de graduação para participarem de atividades científicas, culturas e políticas em âmbito nacional.*

14.2.Apoio Pedagógico ao Discente

Exemplo:
O apoio pedagógico aos discentes objetiva identificar problemas de aprendizagem e buscar alternativas para solucionar as possíveis dificuldades. Esses problemas são levantados a partir de um diagnóstico realizado pela coordenação e docentes. Podem ser identificadas ainda outras dificuldades como de relacionamento em sala de aula, ou até mesmo problemas particulares, seja com familiares ou ambiente profissional que podem refletir direta ou indiretamente no seu desempenho acadêmico.

O apoio didático-pedagógico pode ser realizado de diferentes formas como:

A. *Visita às salas de aula, com o objetivo de averiguar como as turmas estão se desenvolvendo, além de levar informações sobre a Instituição, eventos, e outros.*
B. *Calendário de reuniões sistemáticas com os representantes de turma.*
C. *Divulgação dos horários de atendimento da Coordenação do Curso, dos docentes do colegiado, secretaria, monitorias, biblioteca e laboratórios para toda a comunidade acadêmica.*
D. *No ato da matrícula, os alunos recebem um manual acadêmico que contempla todas as informações sobre a vida acadêmica necessárias e calendário anual.*
E. *Atenção especial aos calouros para proporcionar-lhes integração e adequação ao meio.*
F. *Encaminhamento ao Núcleo de apoio pedagógico vinculado à assessoria de graduação, caso necessário.*

14.3.Acompanhamento Psicopedagógico

Exemplo:

O acompanhamento psicopedagógico, realizado por Núcleo de Apoio ao Discente, conta com uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogo, Assistente Social e Pedagogo. Esse acompanhamento visa:

A. *Proporcionar ajuda na identificação de possíveis problemas que estejam interferindo no rendimento acadêmico dos alunos.*
B. *Identificar as patologias que estejam afetando os discentes e indicar procedimentos adequados.*
C. *Ajudar os discentes a vencerem dificuldades de relacionamento, falar em público, timidez e adaptação.*
D. *Possibilitar o desenvolvimento de autoconhecimento e comportamento de autoajuda na solução de problemas relacionados aos problemas estudantis.*
E. *Fortalecer o censo de responsabilidade.*
F. *Melhorar a relação aluno-professor.*
G. *Proporcionar um aumento do rendimento acadêmico.*
H. *Favorecer um maior interesse pelas aulas.*

14.4. Apoio à Participação em Eventos

Aqui é a descrição no âmbito do curso, exemplo: *Por meio das políticas de Pesquisa e Extensão a Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial estimula os estudantes a participarem de congressos, seminários, simpósios, entre outros, seja na organização, seja como apresentadores de trabalhos, ou como ouvintes.*

14.5.Mecanismos de Nivelamento/Monitoria

14.6.Acompanhamento de Egressos

14.7.Representação Estudantil

14.8.Divulgação da Produção Discente

15. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

"A gestão do curso (Colegiado da UAE - coordenação e NDE é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados

pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso" (BRASIL, 2017, p. 15).

15.1.Coordenação do Curso

- Apresentar a gestão do curso por meio da atuação do coordenador. Para tanto, descrever a relação do coordenador com a comunidade acadêmica, sobretudo, com os docentes e discentes. Apontar a existência do plano de ação do coordenador documentado, aprovado em colegiado e compartilhado e, ainda, se dispõe de indicadores de desempenho da referida coordenação, bem como expor o modo pelo qual é administrada a potencialidade do corpo docente do curso, considerando a sua integração e seu aprimoramento (BRASIL, 2017, p.22).

OBS: No PPC, neste item 15.1 (sobre a Coordenação do Curso) não nominar o coordenador; é necessário destacar que existe um plano de ação próprio aprovado pelo colegiado que está disponível para acesso na página do curso. Explicitar a quantidade mínima de horas exigida.

15.2.Regime de trabalho da coordenação do curso e atuação

"Explicitar o regime de trabalho do(a) coordenador(a)–sugere-se que é de tempo integral e que permita o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar (quando for o caso) e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da coordenação, e proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua" (BRASIL, 2017, p.23).

15.3.Colegiados que participam da gestão do curso

Descrever também o funcionamento dos colegiados que participam da gestão acadêmica do curso e a representatividade nos colegiados superiores. A gestão do curso deve ser realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

16. AVALIAÇÕES

- Destacar as estratégias de avaliação do PPC a serem utilizadas, considerando as avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que na UFG é denominada de Comissão de Avaliação Institucional – CAVI, e as avaliações do MEC/INEP (Enade, CPC e relatórios de avaliação in loco).

16.1.Autoavaliação Institucional

16.2.Avaliações Externas

16.3.Processo Autoavaliativo do Curso e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

17. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

"As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino-aprendizagem

devem permitir a execução do projeto pedagógico do curso, garantir a acessibilidade digital e comunicacional, promover a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso" (BRASIL, 2017, p. 17).
"Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC): Recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais e suas ferramentas. Fóruns eletrônicos; blogs. Chats; tecnologias de telefonia; teleconferências; videoconferências; TV; rádio; programas específicos de computadores (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos" (BRASIL, 2017, p.49).

18. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

"Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, devem atender à concepção do curso definida no PPC, permitir o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultar em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas" (BRASIL, 2017, p.18).

É importante destacar no PPC que os procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem estarão detalhados em cada um dos planos de ensino dos componentes curriculares.

- Descrever as concepções e procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem;
- A metodologia deve estar de acordo com as DCN do curso, atender ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, deve coadunar-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área.

18.1.Abordagens metodológicas avaliativas

18.2.Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem da Instituição

18.3.Avaliação do Processo e Autonomia Discente

18.4.Coerência do Sistema de Avaliação com a Fundamentação Teórico-Metodológica do Curso

19. NÚMERO DE VAGAS

"O número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente (e tutorial, na modalidade a distância) e às condições de infraestrutura

física e tecnológica para o ensino e a pesquisa (esta última, quando for o caso)" (BRASIL, 2017, p. 19).

19.1.Contexto

19.2.Adequação ao Corpo docente e ao coordenador

Exemplo: *O corpo docente do curso é formado por ___ (____) professores em Tempo Integral com Dedicação Exclusiva a universidade. Com uma entrada anual de ___ discentes e uma previsão de integralização mínima de ___ semestres, pode-se operar o curso em carga total com __ alunos. Desta forma, numa relação direta é possível apresentar que para cada docente existe ___ alunos.*

Quanto a coordenação do curso, o coordenador dedica 20 horas semanais para as atividades de coordenação do curso, gerando uma relação de 1 hora para cada ___ alunos.

20. CORPO DOCENTE

20.1.Núcleo Docente Estruturante (NDE)

- Citar a quantidade de membros do NDE (mínimo cinco membros) destacar como é a atuação do NDE: que seus membros devem atuar em regime conforme a seguir: mínimo de 20% em tempo integral; pelo menos 60% de seus membros possuir titulação stricto sensu; ter o coordenador de curso como integrante; atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizar estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório (BRASIL, 2017, p. 21) (Resolução do CONAES, nº 01, 2010).

É importante explicitar que o NDE possui representatividade enquanto membro do colegiado da Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial em que: o referido colegiado está institucionalizado, possui representatividade dos segmentos, reúne-se com periodicidade determinada, sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões, dispõe de sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e realiza avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

20.2.Titulação do corpo docente e regime de trabalho

Aqui é importante ser definido pelo NDE conjuntamente com os professores do curso as características que o corpo docente deve apresentar para desenvolver plenamente as competências do egresso.

O Foco deixa de ser quantitativo (titulação e anos de experiência) e passa a ser qualitativo para apontar competências que os docentes deve demonstrar. Sendo assim, nesse espaço deve-se elencar as competências principais do docente que se articulem com o perfil do egresso, lembrando que precisam contemplar as DCNs do curso.

"O corpo docente e o NDE devem evidenciar que a titulação vai para além de titulação acadêmica e anos de experiência profissional, deve explicitar como propõe analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomentando o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo e/ou de pesquisa e da publicação" (BRASIL, 2017, p.23).

Ou seja, este espaço indicará a titulação acadêmica, o período de experiência profissional e destacará a relação profissional de cada docente com o perfil do egresso, como exemplo: desenvolvimento de projetos profissionais, orientação de projetos de iniciação científica, estar articulado ao mercado de trabalho, ter publicação em periódicos com classificação CAPES, entre outros.

"O corpo docente e o NDE devem explicitar a experiência profissional no mundo do trabalho (NSA a licenciatura), que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão" (BRASIL, 2017, p. 24).

"Para os cursos de Licenciatura devem explicitar se o corpo docente possui experiência na docência da educação básica para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas, somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção" (BRASIL, 2017, p.25).

"Do regime de trabalho - O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, elaboração e implementação de documentação sobre as atividades em registros individuais de atividade docente, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua" (BRASIL, 2017, p. 24).

"O corpo docente possui ***experiência na docência superior*** *para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção" (BRASIL, 2017, p. 26).*

20.3.Política de Qualificação de Docentes e Técnico-Administrativo da Unidade ou Unidade Acadêmica Especial

- Solicitar a política à UA ou à UAE e inserir as informações neste item.

21. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

Descrever a infraestrutura disponível para a realização das atividades didáticas e de estudo individual/coletivo necessária à operacionalização do curso, tais como, instalações e equipamentos, infraestrutura tecnológica, sala de coordenação de curso, salas de aula, sala coletiva de professores bibliotecas e laboratórios. É importante atentar-se para a descrição dos espaços coletivos acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Deve apresentar a infraestrutura mínima para o curso (laboratório de anatomia, agência experimental, laboratório de fotografia, entre outros), bem como tecnologias utilizadas no processo de aprendizagem (o ambiente virtual de aprendizagem, softwares e simuladores, entre outros). É importante descrever a infraestrutura que a universidade oferece, não apenas de sua Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial, que também dá suporte ao curso.

Destaque os itens abaixo, caso tenha na Unidade Acadêmica ou Unidade Acadêmica Especial e é acessível ao curso:
3.1- espaço de trabalho para docentes em tempo integral;
3.2-Espaço de trabalho para o(a) coordenador(a) de curso;
3.3-Sala coletiva de professores – NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso.
3.4 –salas de aula;
3.5 – Salas para acesso dos alunos a equipamentos de informática; Se os alunos acessam por meio de laboratório específico e/ou na biblioteca;
3.8 Laboratórios didáticos de formação básica; 3.9 Laboratórios de formação específicas; 3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde; 3.11 Laboratórios de habilidades; (Sobre os laboratórios, verificar quais se aplicam);
3.12 Unidades hospitalares e complexos assistencial conveniados (obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC).
3.13 Biotérios (obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC).
3.15 Núcleo de práticas jurídicas (obrigatório para cursos de Direito, desde que contemplado no PPC).
3.16 – Comitê de ética em pesquisa (CEP) e/ou 3.17 – Comitê de ética na utilização de animais (CEUA) (Obrigatório para todos os cursos que façam pesquisas envolvendo seres humanos e/ou animais).

22. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS

21. 1 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);

21.2 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

21.3 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (para a licenciatura)

21.4 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n° 11.645, de 10/03/2008, e Resolução CNE/CP n° 01, de 17/06/2004). (Disciplina ofertada pelo curso de História como optativa, solicitar certidão de anuência à Unidade);

21.5 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos conforme disposto no Parecer CNE/CP n° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP n° 1, de 30/05/2012. (Disciplina ofertada pelo curso de História como optativa, solicitar certidão de anuência à Unidade);

21.6 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei n° 12.764, de 27/12/2012
(citar o SPA, SAPP, eventos, Núcleos de atenção à saúde)

21.7 Componente curricular de LIBRAS (Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS *- obrigatório para as licenciaturas e optativo para os bacharelados. (Disciplina ofertada pelo curso de Letras Português, solicitar certidão de anuência à UA.*

21.8 Políticas de Educação Ambiental (Lei no 9.795, de 27/04/1999, Decreto no 4.281, de 25/06/2002), Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

21.9 Licenciatura e formação de professores - Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

21.10 Política de atualização dos acervos bibliográficos
Verificar as orientações sobre a política de atualização dos acervos da biblioteca UFJ.

O Plano de Atualização dos acervos bibliográficos formaliza um planejamento de medidas a serem implementadas para o tratamento da aquisição de materiais informacionais para as bibliotecas da UFJ dentro das modalidades de compra e doação.
Um dos objetivos do Plano de Atualização dos Acervos é possibilitar a formação de acervo com alto nível de excelência, tanto quantitativa quanto qualitativa, de forma a atender aos interesses da comunidade acadêmica e em consonância com as diretrizes do MEC.

21.11 Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
Leis no 12.711/2012, no 12.764/2012, no 13.146/2015 e no 13.409/2016, bem como com os Decretos no 3.298/1999 e no 5.296/2004.

Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015, de inclusão da pessoa com deficiência

Segundo a Lei 13146/2015 é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

OBS: Inserir/adequar as leis que foram publicadas após a aprovação deste documento.

23. EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES

-Incluir nas ementas das disciplinas de forma explicita as expressões relacionadas aos itens deste documento 21.4: Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; 21.5: Educação em Direitos Humano; 21.8: Educação Ambiental.

- Listar os componentes curriculares (em ordem alfabética) com ementas, referências bibliográficas básicas (com três títulos), e complementares (cinco títulos) (devendo-se utilizar fonte Times New Roman, tamanho 10 e entrelinhas simples, conforme orientação da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC).

De acordo com o novo instrumento do MEC, o PPC deve apresentar um relatório do NDE sobre a disponibilidade dos títulos na Biblioteca e/ou um relatório de contingências. De acordo com o Instrumento do MEC: O acervo físico deve estar tombado e informatizado, o virtual possuir contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica deve ser adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, deve estar referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo deve possuir exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo deve ser gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Orienta-se: 3 referências básicas, 5 referências complementares. O curso tem a liberdade para inserir a quantidade de referências que desejar, no entanto, precisa considerar o acervo disponível e/ou possível de aquisição considerando a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas.

Orientações para indicação de bibliografias nos Projetos Pedagógicos dos Cursos incluindo as Bibliografias Básicas e Complementares.

Estas orientações foram elaboradas no intuito de orientar os docentes acerca das bibliografias indicadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, tendo como base o Instrumento de Avaliação de Cursos Presencial e a Distância do Ministério da Educação (MEC). As orientações a seguir, contribuirão para a qualidade dos acervos, para o atendimento das demandas da comunidade acadêmica, bem como para obtenção de melhores conceitos quando das avaliações do MEC.

a) ***Separe bibliografia básica de bibliografia complementar em cada Unidade Curricular***

b) ***Indique 3 títulos de livros para bibliografia básica e 5 títulos para bibliografia complementar (impressos ou eletrônicos gratuitos)***

O instrumento de avaliação do MEC, atualizado em 2017, retirou os parâmetros quantitativos relacionados aos acervos bibliográficos. No entanto, recomendamos que seja seguida a orientação contida no instrumento anterior para que sejam indicados 3 títulos na bibliografia básica e 5 títulos na bibliografia complementar.

Esse parâmetro contribui para melhor atendimento das demandas referentes à compra de material bibliográfico, haja vista a escassez de recursos destinados a essa finalidade. Quanto mais títulos, maior a demanda de recursos para compra e menor a possibilidade de adequação do acervo a médio prazo.

c) ***Consulte a disponibilidade da obra no mercado editorial***

Não é possível adquirir obras que encontram-se esgotadas ou que não possuem novas

impressões/edições previstas. Para consultar se a obra existe no mercado editorial, recomendamos que seja verificada a disponibilidade no catálogo/site da editora.

d) Indique preferencialmente a última versão do título

É importante manter as referências do PPC atualizadas. Mesmo que a biblioteca possua versões anteriores do título, opte por indicar a última edição, de acordo com a disponibilidade no mercado editorial.

Caso seja importante manter uma edição anterior em razão do conteúdo, certifique-se de que a biblioteca já possui o título em quantidades suficientes para a demanda.

e) Evite repetição de títulos em mais de uma disciplina

De acordo com o Instrumento do MEC, o Núcleo Docente Estruturante deverá atestar a existência de compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, para cada bibliografia básica e complementar da Unidade Curricular. Ou seja, se a bibliografia se repetir em vários períodos a demanda de uso será maior e acarretará na necessidade de aquisição de um número superior de exemplares do mesmo título.

f) Não referencie capítulos de livros

O processo de aquisição não realiza a compra de capítulos, mas sim da obra completa. A comissão de avaliação do MEC vai considerar a existência do título no acervo e não a do capítulo.

g) Referencie títulos de obras online (links ou referências de sites) que estejam disponíveis gratuitamente

Ainda não há uma política institucional de aquisição de e-books, caso o curso opte por indicar e-books ou outras obras disponíveis eletronicamente, é imprescindível que o material tenha acesso gratuito. Lembre-se de incluir o link válido de acesso na referência.

h) Referencie artigos de periódicos preferencialmente na bibliografia complementar

As bibliotecas não possuem nenhuma assinatura de periódico, apenas o acesso ao Portal de Periódicos da Capes, por isso é importante se certificar da disponibilidade de acesso ao artigo indicado. Verifique se o artigo está disponível gratuitamente ou se existe no acervo da biblioteca. Na referência, lembre-se de incluir o link de acesso ao material.

Não referencie um título de periódico, detalhe sempre o artigo.

i) Consulte se os títulos que serão indicados já existem no acervo da biblioteca

Ao consultar se o título existe no acervo da biblioteca, atente-se em relação a quantidade disponível. Evite incluir títulos que possuam um único exemplar e não esteja disponível para compra no mercado editorial, pois em caso de perda do exemplar não haverá possibilidade de reposição.

Para consulta ao nosso catálogo acesse o site https://sophia.bc.ufg.br/ escolha a biblioteca do Campus que o curso é ofertado e realize a busca.

A biblioteca também poderá emitir um relatório de títulos e exemplares disponíveis, para solicitar entre em contato com a equipe de bibliotecários.

j) Padronize as referências de acordo com as normas vigentes da ABNT / NBR 6023:2018

A padronização é importante para que a biblioteca consiga identificar corretamente as referências no momento de realizar a aquisição das obras.

Exemplos de referências de acordo com a NBR 6023:

Para livros, manuais, guias, enciclopédias e dicionários

TEIXEIRA, A. L.; KUMMER, A. ***Neuropsiquiatria Clínica****. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012. (autor abreviado)*

*BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006. (autor por extenso)*

Para teses, dissertações, monografias e TCCs no formato impresso
*MARINHO, A. M. **A oficialização de novas concepções para o ensino do português no Brasil**. 2001. 301 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras e Linguística, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.*

Para teses, dissertações, monografias e TCCs disponíveis na internet
*CASTRO, Douglas Gomes Meneses Sevilha. **Aplicação de um método ativo de ensino-aprendizagem no integrado de fisiopatologia e farmacologia III**. 2014. Dissertação (Mestrado em Análises Clínicas) - Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/9/9136/tde-27052015-141518/pt-br.php Acesso em: 04 jun. 2019.*

Para artigos disponíveis na internet
*SCHENKEL, M. do A. O papel da política de saúde sobre as desigualdades nas regiões do Brasil. **Guaju**, Matinhos, v. 3, n. 2, p. 104-121, 2017. DOI http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v3i2.55105. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/55105/34306. Acesso em: 23 nov. 2018. (Uso do DOI, se houver, é obrigatório)*

Para facilitar o uso da NBR 6023, indicamos a ferramenta MORE (Mecanismo On-line para Referências) que possibilita a geração de referências com base na ABNT NBR 6023, disponível através do link: http://www.more.ufsc.br/.

A equipe de bibliotecários, em especial a Seção de Desenvolvimento de Coleções de nossas bibliotecas, estão à disposição para auxiliar os docentes nesse processo.

DADOS DAS DISCIPLINAS DE Libras

Para os cursos de Licenciaturas (obrigatória às licenciaturas)

Libras I - Língua Brasileira de Sinais I (64h: 32 h teóricas e 32 h práticas)
Ementa: Concepções sobre Língua de Sinais. Noções básicas de Libras. Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas comunicativas elementares. Fundamentos da educação de surdos. A Libras como instrumento básico no processo de inclusão educacional dos surdos.
Bibliografia básica
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras 1 – Iniciante. 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.
SILVA, T. A. A disciplina de Libras na formação de professores. 2017. 187f. Dissertação (Metrado em Educação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Jataí. 2017. Disponível em: < https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1279/Dissertacao-Thabio-de-Almeida-Silva-2017-(.pdf11.431kb).pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2020.
Bibliografia complementar
ALMEIDA, E. C., DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da Libras. São Paulo: Revinter, 2004.
BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D., MAURICIO, A. C. L. Novo deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, baseado em linguística e neurociência cognitivas. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: curso básico. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187 p. Disponível em:< https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2020
LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
PEREIRA, M. C. C.; VIEIRA, M.I.; CASPAR, P.; NAKASATO, R. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo:

Pearson Prentice Hall, 2011.
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Para os cursos de bacharelados (exceto cursos da Área da Saúde)

Libras I - Língua Brasileira de Sinais I (64h: 32 h teóricas e 32 h práticas)
Ementa: Concepções sobre Língua de Sinais. Noções básicas de Libras. Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras por meio do uso de estruturas comunicativas elementares.
Bibliografia básica
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D., MAURICIO, A. C. L. Novo deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, baseado em linguística e neurociência cognitivas. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras 1 – Iniciante. 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.
Bibliografia complementar
ALMEIDA, E. C., DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da Libras. São Paulo: Revinter, 2004.
BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: curso básico. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187 p. Disponível em:< https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2020.
PEREIRA, M. C. C.; VIEIRA, M.I.; CASPAR, P.; NAKASATO, R. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Para os cursos da Área da Saúde

Libras I - Língua Brasileira de Sinais I (64 h: 32 h teóricas e 32 h práticas)
Ementa: Concepções sobre Língua de Sinais. Noções básicas de Libras no contexto especifico da área da saúde. Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas comunicativas elementares.
Bibliografia básica
GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: curso básico. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187 p. Disponível em:< https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2020.
PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras 1 – Iniciante. 3 ed. rev. e atualizada. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008.
Bibliografia complementar
ALMEIDA, E. C., DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da Libras. São Paulo: Revinter, 2004.
BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D., MAURICIO, A. C. L. Novo deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, baseado em linguística e neurociência cognitivas. v. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
PEREIRA, M. C. C.; VIEIRA, M.I.; CASPAR, P.; NAKASATO, R. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

DADOS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS UNIFICADAS:

Direitos Humanos, Políticas Públicas e Globalização (32h teóricas)
Ementa: Processos históricos, sociais e políticos de criação e defesa dos direitos humanos. Definição de Direitos Humanos. Relações entre direitos humanos, políticas públicas e Globalização. Conceitos de ser humano, sujeito, pessoa jurídica, relações étnico-raciais, classes sociais, culturas, civilização, diferencialismo cultural e cidadania. Direitos humanos no Brasil. Educação e direitos humanos.
Bibliografia Básica
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. Editora Unisinos, São Leopoldo/RS, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Na Oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016. São Paulo: Cortez, 2018.
Bibliografia Complementar
ALVES, José Augusto Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 2011.
CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2019.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Porto Alegre: L&PM, 2012.
SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2017.

História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (64h teóricas)
Ementa: Diáspora africana e formação socioeconômica, cultural e política da sociedade brasileira. Elementos culturais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Conceitos de gênero, raça, etnia, identidade, classes sociais, políticas públicas, ações afirmativas. Contribuições da população africana, afrodescendente e indígena para a formação histórico/social da sociedade brasileira.
Bibliografia Básica
ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2017.
Bibliografia Complementar
FANON, Frantz. Pele Negra, Mascaras Brancas. Renato da Silveira (Trad.). Salvador: EDUFBA, 2008.
DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
KI- ZERBO, Joseph (Editor). História geral da África I: metodologia e pré-história da África. 2° edição revista. Brasília: UNESCO, 2010.
FERNANDES, Evandro; CINEL, Nora Cecília Boccacci; LOPES, Véra Neusa (orgs). Da África aos indígenas do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
HALL, Stuart. Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais. Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Rudger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

Libras II – Língua Brasileira de Sinais II (64h: 32 h teóricas e 32 h práticas)
Ementa: Introdução aos aspectos linguísticos na Língua de Sinais. Aspectos históricos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e identidade surda e surda indígena. Introdução aos gêneros textuais em Libras: poesia, piada e narrativas. Prática de compreensão e produção de Libras.
Bibliografia básica
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: curso básico. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187 p. Disponível em:< https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2020.
SKILIAR (Org), A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação. 1998.
Bibliografia Complementar
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D., MAURICIO, A. C. L. Novo deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, baseado em linguística e neurociência cognitivas. v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
MOURÃO, C. H. N. Literatura surda: produções culturais de surdos em língua de sinais. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação), Porto Alegre: UFRG, 2011. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32311. Acesso em: 05 de jan. 2020.
QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. ArtMed: Porto Alegre, 2004.
SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
SILVA, I. F.; REIS, F.; GAUTO, P. R.; SILVA, S. G. L. PATERNO, U. Aprendendo Libras como segunda língua: nível básico. Palhoça: IFSC- Campus Palhoça Bilíngue, [201-]. Disponível em: <http://palhoca.ifsc.edu.br/materiais/apostila-libras-basico/Apostila_Libras_Basico_IFSC-Palhoca-Bilingue.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.

Libras III – Língua Brasileira de Sinais III (64h: 32 h teóricas e 32 h práticas)
Ementa: Intensificação ao uso de classificadores em Libras. Uso de expressões faciais, gramaticais e afetivas. Desenvolvimento de práticas de compreensão e produção em Libras na perspectiva da cultura e identidade Surda.
Bibliografia Básica
BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

PEREIRA, M. C. C. (Org) Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
Bibliografia Complementar
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: curso básico. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187p. Disponível em:< https://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf>. Acesso em: 01 de junho de 2020
LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014.
QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC : SEESP, 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 05 de jan. 2020.
SILVA, I. F.; REIS, F.; RANGEL, G. M. M.; FRANCO, M.; GAUTO, P. R.; SILVA, S. G. L. PATERNO, U. Aprendendo Libras como segunda língua: nível intermediário. Palhoça: IFSC- Campus Palhoça Bilíngue, [201-]. Disponível em: <https://palhoca.ifsc.edu.br/materiais/apostila-libras-intermediario/Apostila_Libras_Intermediario_IFSC-Palhoca-Bilingue.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2020.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

24. REFERÊNCIAS

Padronize as referências de acordo com as normas vigentes da ABNT / NBR 6023:2018.